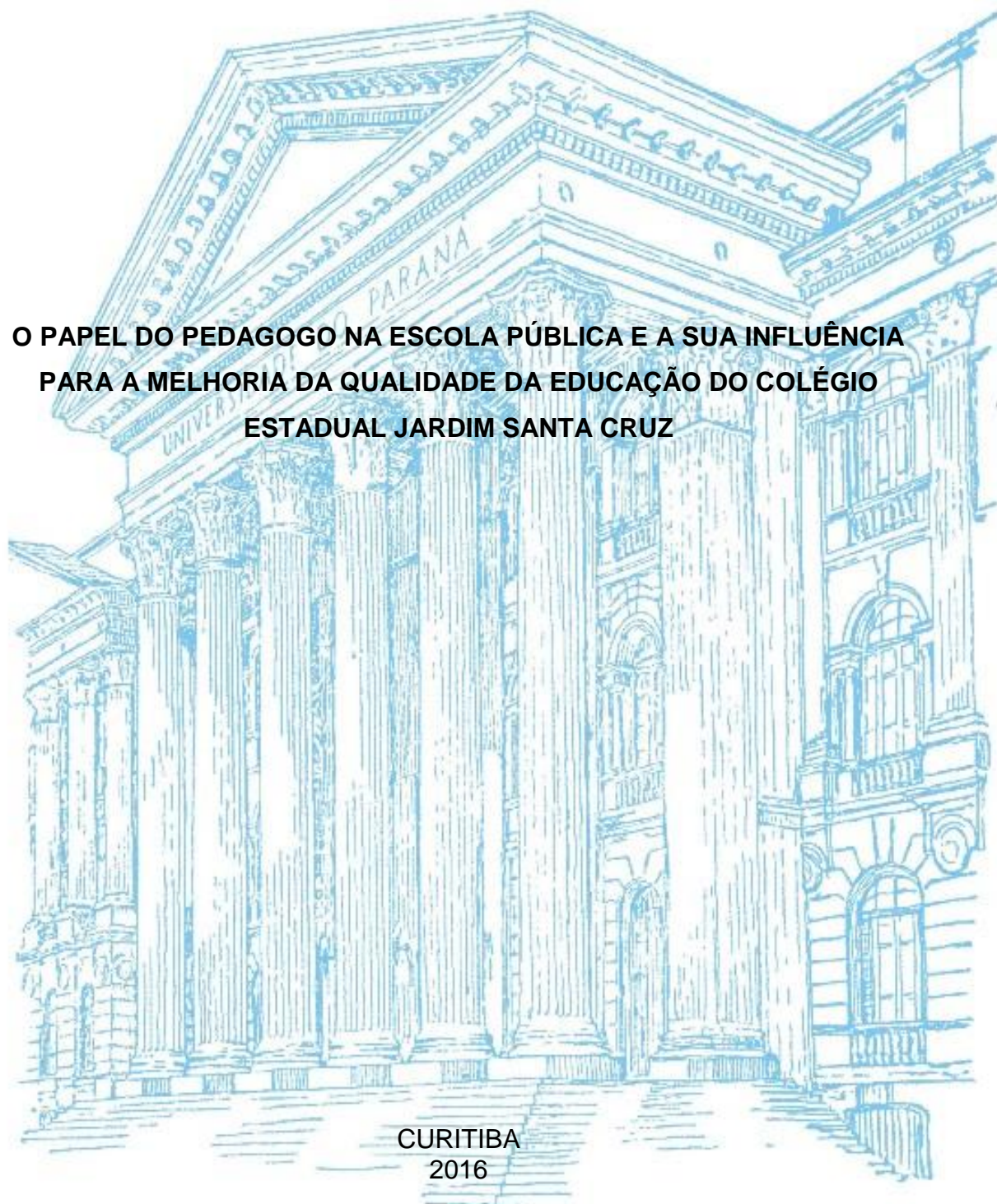


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ANTONIO CRISTOVAM SALVADOR NETO

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA E A SUA INFLUÊNCIA  
PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO  
ESTADUAL JARDIM SANTA CRUZ**



CURITIBA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

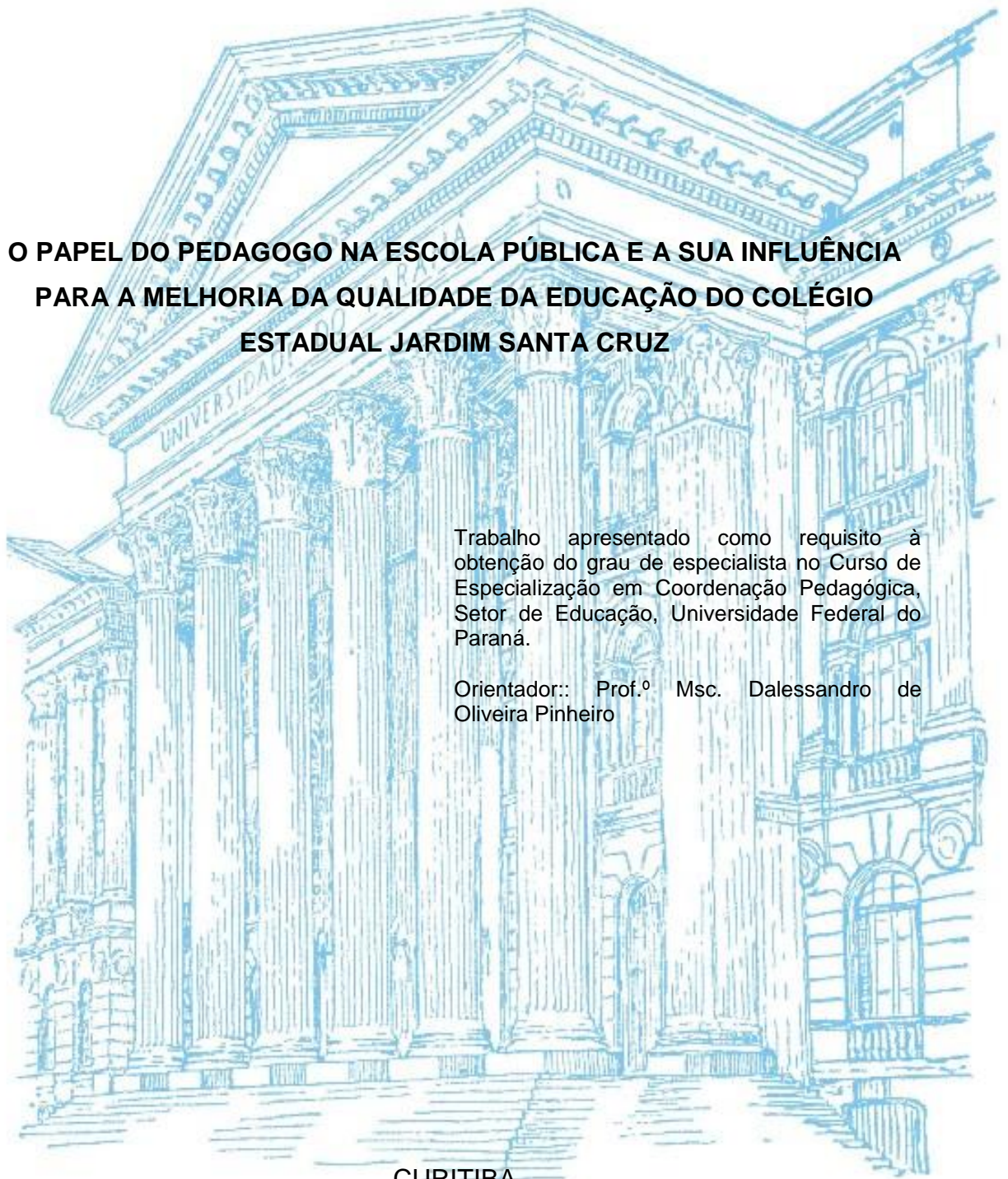
ANTONIO CRISTOVAM SALVADOR NETO

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA E A SUA INFLUÊNCIA  
PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO  
ESTADUAL JARDIM SANTA CRUZ**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:: Prof.º Msc. Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA  
2016



**O PAPEL DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA E A SUA INFLUÊNCIA  
PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO  
ESTADUAL JARDIM SANTA CRUZ**

**ANTONIO CRISTOVAM SALVADOR  
NETO**

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um histórico dos resultados educacionais obtidos no Colégio Estadual Jardim Santa Cruz, desde a época do seu estabelecimento até o ano de 2015. Apresenta os índices de aprovação e reprovação dos alunos do Colégio Estadual Jardim Santa Cruz, de Cascavel, relacionando-os ao número de pedagogos trabalhando na escola, na execução de suas funções, regidas por edital de concurso público. Número este variável de acordo com as alterações e alternâncias nas políticas educacionais em cada momento governamental. Busca relacionar o trabalho pedagógico a políticas públicas direcionadas à educação, no que tange ao porte escolar, em especial o relacionado ao porte dos pedagogos, e, implementadas no decorrer dos anos de funcionamento da escola. O desenvolvimento deste trabalho iniciou com a escolha do tema, seguido por uma coleta de dados utilizando-se de dados oficiais disponibilizados pela própria Secretaria de Estado da Educação, do Estado do Paraná, através do sistema SERE, e, posterior leitura e pesquisa bibliográfica para elaboração do relatório final. O objetivo deste trabalho é verificar a existência de relação entre os índices de aprovação e reprovação da escola e o número de pedagogos trabalhando por período. Os autores buscados para subsidiar este trabalho foram principalmente Libâneo, Saviani, Vasconcelos e Veiga. E, dentre as conclusões que se pode chegar, está a de que as alterações ocorridas nos índices de aprovação no Colégio, podem estar relacionadas ao número de pedagogos trabalhando na escola.

**Palavras-chave:** Pedagogos, qualidade na educação, Políticas Públicas.

\*Artigo produzido pelo aluno Antonio Cristovam Salvador Neto do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof.<sup>o</sup> Msc. Dalessandro de Oliveira Pinheiro. E-mail: salvadorneto13@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Libâneo, em seu livro “Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?” cita o antropólogo Carlos Brandão o qual diz que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola ... todos nos envolvemos pedaços da vida com ela”. (LIBANEO 2004, pg 26).

Se é correto pensar que ninguém escapa da educação, parece correto raciocinar que a educação escolar também não consegue escapar de “ninguém”. Ou seja, da influência dos vários atores que passam pela educação, sejam eles o indivíduo, o coletivo de indivíduos, o Governo, as empresas, uma comunidade ou a sociedade como um todo.

Em se tratando de resultados escolares, não apenas os atores citados acima, mas também vários outros, externos à escola, como situação financeira, estrutura familiar ou a própria comunidade onde está situada, assim como aqueles ligados diretamente à escola, como por exemplo, qualificação profissional dos professores, tipo de gestão e violência escolar, são todos fatores que também não “escapam” da educação na medida em que a pressionam.

Sem esquecer jamais porém que, a despeito do desejo de cada um destes influenciadores, “a função precípua da escola é a transmissão e a apropriação dos conteúdos” (PIMENTA, 1995, pg 11). Muito embora a própria autora acentue que esta mesma escola também é “necessária para a diminuição das diferenças entre as classes sociais” (PIMENTA, 1995, pg 139).

Assim sendo, percebe-se que são inúmeros os fatores que influenciam os trabalhos escolares e, por conseguinte, o rendimento escolar do aluno, e, conseqüentemente, da escola como um todo.

Mesmo sabedores disso, porém, este trabalho se deterá especificamente sobre a função do pedagogo enquanto influência sobre este resultado, a despeito de todas as demais influências.

Uma vez que ele, o pedagogo:

... atua sempre num espaço de mudança. É visto como um agente de transformação da escola. Ele precisa estar atento às brechas que a legislação

e a prática cotidiana permitem para atuar, para inovar, para provocar nos professores possíveis inovações. (ALMEIDA, 2012, pg 19)

E precisa mesmo estar atento, pois como bem disse Arroyo (1977, pg 13), o sistema escolar “está estruturado para excluir.”

Assim sendo, este trabalho buscará apresentar a influencia que o trabalho do pedagogo exerce nos resultados e índices de aprovação do colégio. E a questão que se sobrepõe a esta busca é: Se o trabalho do pedagogo exerce influencia nos resultados e índices de aprovação da escola, o aumento do número de pedagogos atuando na escola é relevante para a melhoria destes resultados e índices?

É mister frisar que este trabalho se concentrará no resultado da escola como um todo e não no resultado individual de cada aluno. Embora, claro, é a somatória do resultado de cada aluno que resulta no resultado final da escola.

Ainda parece importante mencionar que, embora, instrumentos externos, como o SAEB, a Prova Brasil ou até mesmo o ENEM, poderiam ter sido utilizados para o propósito deste trabalho, a base deste estudo situa-se especificamente nos resultados oficiais contidos no Relatório Final, documento oficial das escolas estaduais do Estado do Paraná, apresentado pelo sistema SERE, o Sistema Estadual de Registro Escolar, sistema utilizado por todas as escolas do Estado do Paraná, públicas ou particulares, onde a vida escolar dos alunos fica registrada, o qual apresenta os índices de aprovação, reprovação e desistência de cada escola anualmente.

Este estudo se concentrará nos Relatórios Finais do Colégio Estadual Jardim de Santa Cruz, procurando encontrar nos mesmos, índices que estejam relacionados às particularidades ocorridas nesta escola que possam estar relacionadas ao trabalho dos pedagogos e sua relação com os índices obtidos.

Esta escola foi escolhida porque, nela, houve variação na quantidade de pedagogos por período. E tal variação ocorreu mais em função de alterações nas políticas públicas do que em função de diminuição de oferta de salas de aulas.

Assim, o presente trabalho busca apresentar os resultados decorrentes das políticas educacionais e sociais implementadas na Federação e no estado do Paraná, que acabam desaguando dentro dos muros da escola,

influenciando no desempenho escolar como um todo registrado no Sistema SERE, e, legislando sobre a atuação e a quantidade de pedagogos trabalhando a cada turno letivo na escola.

## **CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR**

O Colégio Estadual Jardim Santa Cruz, doravante denominado apenas como Colégio, construído quando o bairro possuía apenas a rua principal asfaltada, a rua Xavantes, hoje se vê circundado por vários órgãos e entidades municipais, estaduais, federais e particulares, que fizeram o bairro florescer, ser totalmente asfaltado e ter os seus índices de criminalidade reduzidos.

O Colégio é uma escola localizada em um bairro de periferia, o bairro Santa Cruz, considerado entre os bairros mais violentos da cidade, a maior zona eleitoral do município de Cascavel, e conta com 11 salas de aula, sendo que atualmente 10 salas são ocupadas no período matutino, 11 no período vespertino, e apenas 3 turmas no período noturno.

Segundo o PPP do Colégio, “O Bairro Santa Cruz está localizado em um ponto estratégico de Cascavel, aproximadamente a 2.000 metros de distância da Prefeitura e a 15 minutos do centro.” O Colégio tem no seu entorno duas faculdades particulares: UNIVEL e FAG, um hospital universitário, um hospital infantil, o CRAS (Assistência Social), o Fórum, o Detran, A Justiça do Trabalho, o Cartório Eleitoral, o Estádio Olímpico Municipal, e o renomado hospital da Uopecan, famoso pela luta contra o câncer.

O Colégio é ponto de distribuição do programa Leite das Crianças do governo estadual, atendendo cerca de 189 famílias. E tem 160 alunos atendidos pelo programa Bolsa Família do governo federal.

Além disso, o acesso ao centro da cidade é mais fácil do que comparado a outros bairros pois a via principal do bairro, a rua Xavantes, é uma rua reta ligada diretamente com a avenida Brasil, a principal avenida da cidade.

O quadro de professores do Colégio é composto por 66 professores, todos eles habilitados nas matérias que lecionam, sendo que a maioria das aulas são ministradas por professores concursados, embora a quantidade de

professores concursados e não concursados se assemelhe em virtude que os não concursados muitas vezes pegam poucas aulas cada um.

A clientela é composta principalmente por alunos do bairro.

A grande maioria dos alunos moram no próprio bairro (79%) e com os pais (86,2), predominando o estado civil de casado (54,1%). ... O transporte mais utilizado pelos estudantes para chegar à escola é a pé, (87,8%) ... Em relação às condições de moradia, (70%) das famílias possuem casa própria." PPP CE Jardim Santa Cruz, pg 17.

É notório que vários fatores tem o seu grau de influência no desempenho acadêmico de cada aluno, e por conseguinte no desempenho final da escola como um todo. Porém a despeito de sabedores disto, procuraremos nos concentrar aqui apenas na influência, se é que há, do trabalho dos pedagogos no Colégio e na variação no número de pedagogos trabalhando no turno escolar, sobre os índices anuais relativos às taxas de aprovação, reprovação e desistência.

## O TRABALHO PEDAGÓGICO

A razão para nos concentrarmos na figura do pedagogo é pelo fato que ele, digo, o pedagogo, ser o responsável por tentar a coesão dos diversos membros da comunidade escolar, unindo-os para a tentativa de alcançar um mesmo objetivo, cumprindo o exarado no seu edital de concurso, a saber:

Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, a partir das Políticas Educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais; promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola; **participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar; sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;** participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola e promover ações para a sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar; analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa; coordenar a

organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade, no preenchimento do Livro Registro de Classe de acordo com as Instruções Normativas da SEED e em outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico; coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógicos e didáticos e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola; organizar e acompanhar a avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa; apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED; coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político-Pedagógico da Escola; participar da organização pedagógica da biblioteca, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores da escola; subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas; organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula; atuar, junto ao coletivo de professores, **na elaboração de propostas de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para efetivação do processo de socialização e apropriação do conhecimento científico**; organizar a realização dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de formulação do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo; informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar; orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora; ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber da comunidade escolar; participar do Conselho Escolar, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar; propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola; **promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais.** SEED, 2007

Claro que, em virtude do extenso rol de atividades esperadas, o sucesso na realização das mesmas estará diretamente relacionado ao número de alunos e professores a ser atendidos. O próprio MEC discorre sobre o tema:

No âmbito das categorias de análises quantificáveis, as pesquisas (UNESCO, 2002; BRASIL.INEPP, 2004) evidenciam que as médias existentes nas relações entre alunos por turma, alunos por docente e aluno por funcionário são aspectos importantes das condições da oferta de ensino de qualidade, uma vez que menores médias podem ser consideradas como componentes para uma melhor qualidade do ensino oferecido. (DOURADO, pg 17)

Assim sendo, parece existir uma forte relação entre a qualidade da educação e o número de turmas atendidas por um pedagogo. O quadro apresentado mais abaixo parece concordar com os estudos da UNESCO, do INEP e de Dourado.

Embora Saviani no texto a seguir esteja referindo-se ao trabalho do professor em sala de aula:

Ora, do ponto de vista qualitativo, não é a mesma coisa lecionar para turmas de vinte ou de 150 alunos. E também não é a mesma coisa lecionar para um grupo heterogêneo de alunos de diferentes cursos ou para um grupo homogêneo. (SAVIANI, 2012, pg 105)

Percebe-se claramente que a mesma linha de raciocínio pode ser pensada sobre o pedagogo uma vez que, embora ele não ministre aulas, ele atende sim, tal quantidade de alunos, ou no caso do Colégio, mais ainda, coletiva e individualmente.

Como já citado, vários são os fatores que adentram os muros da escola, influenciando no resultado final da educação. As políticas governamentais com certeza constituem um fator deveras decisivo, muito embora haja uma grande variação das mesmas de acordo com o partido detentor do poder, além das coligações maiores ou menos com os governos superiores. Porém, ao tratarmos sobre o efetivo trabalho do pedagogo na escola, percebemos uma fortíssima influencia advinda da política educacional adotada por cada governo.

O governo Lerner acabou por substituir os coordenadores pedagógicos por pedagogos, ou seja, substituir o cargo de confiança do coordenador pedagógico, aquele professor formado em qualquer disciplina porém escolhido para assumir a coordenação por ser de confiança do diretor da escola. Já o governo Requião aumentou o número de pedagogos em cada escola e também o número de pedagogos atuantes nos Núcleos de Educação. E o governo Lula implantou um Programa externo à sala de aula e vinculou a este programa o acréscimo de mais um pedagogo na escola ofertante.

A própria interpretação de quantos pedagogos devem trabalhar na escola sofreu variações, às vezes para mais, às vezes para menos.

Assim, de um modo ou de outro, veremos a influencia positiva ou não destas políticas no resultado final da aprendizagem da escola como um todo.

E se, por um lado temos a variação das políticas educacionais como fator influenciador, por outro temos um instrumento da própria Secretaria de Estado da Educação do Paraná como o propiciador dos dados para o nosso trabalho.

## **O RELATÓRIO FINAL E O TRABALHO PEDAGÓGICO**

A Secretaria de Estado da Educação, cuja sigla SEED será doravante usada, usa um instrumento para apresentar os resultados das escolas chamado Relatório Final. O Relatório Final é um instrumento do Sistema SERE, da SEED, que, assim como o próprio nome induz, apresenta um relatório do resultado anual do estabelecimento.

O modelo do Relatório sofreu variações ao longo dos anos. Por exemplo, embora o sistema fosse informatizado desde o primeiro ano de funcionamento do Colégio, do ano de 1996 até o ano de 2006, o relatório não trazia um resultado final englobando todas as turmas da escola. Apresentava apenas o relatório individual de cada turma. Esta característica torna mais demorada a tomada dos dados porque os mesmos precisam ser coletados turma a turma. Do ano de 2007 até o ano de 2015 o relatório final, além de apresentar o costumeiro relatório turma a turma, também passou a apresentar os dados já somados do total de turmas da escola.

Outra mudança foi que a partir do ano de 2005 o relatório passou a dividir os alunos aprovados em aprovados e aprovados por conselho de classe. Porém nos anos de 2005 e 2006 os alunos Reprovados e Desistentes foram incluídos todos em uma mesma categoria, a saber, alunos Reprovados.

O Relatório Final apresenta um quadro geral de como está a escola ao final do ano letivo, no que se refere a alunos Aprovados, alunos Aprovados por Conselho de Classe, alunos Reprovados, alunos Desistentes, alunos Transferidos, alunos Sem Freqüência e alunos Excluídos Por Erro. Porém a porcentagem é construída apenas sobre os alunos Aprovados, Reprovados e Desistentes.

No Colégio Estadual Santa Cruz, o grupo de alunos no Relatório Final, está dividido em alguns cursos: Atividade Complementar, Ensino Fundamental

de 5/8 Série, Ensino Médio, Espanhol – Básico, Inglês – Básico, Sala de Recurso Multifuncionais, Programas de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno e Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo. Algumas nomenclaturas variam de tempos em tempos, porém, a grosso modo, estes são os cursos ofertados. Como em vários destes cursos os alunos matriculados são os mesmos que já estão matriculados nos cursos Ensino Fundamental e Ensino Médio, optamos, para efeito da estatística, nos atermos apenas aos alunos matriculados nestes dois cursos.

A tabela a seguir mostra os resultados obtidos do Relatório Final do Colégio Estadual Santa Cruz, ano a ano a começar de 1992, em número de alunos e em porcentagem. É importante citar que o ano de 1992 foi usado como o primeiro ano da tabela por ser o primeiro ano de funcionamento do Colégio.

ANO	AP	%	AP CC	%	REP	%	DES	%	TOTAL ALUNOS	GOV	PRES
1992	76	48%			21	13%	61	39%	158	Requião	Collor
1993	137	46%			43	15%	115	39%	295	Requião	Itamar
1994	185	56%			53	16%	94	28%	332	Requião	Itamar
1995	168	44%			78	21%	134	35%	380	Lerner	FHC
1996	375	56%			110	17%	180	27%	665	Lerner	FHC
1997	857	88%			04	0%	118	12%	979	Lerner	FHC
1998	533	76%			18	2%	152	22%	703	Lerner	FHC
1999	884	78%			109	10%	136	12%	1129	Lerner	FHC
2000	934	86%			82	7%	73	7%	1089	Lerner	FHC
2001	1058	73%			106	7%	296	20%	1460	Lerner	FHC
2002	839	84%			78	8%	80	8%	997	Lerner	FHC
2003	675	79%			135	16%	43	5%	835	Requião	Lula
2004	636	76%			140	17%	63	7%	839	Requião	Lula
2005	522	74%	189	27%	182	26%			704	Requião	Lula
2006	651	80%	158	19%	168	20%			819	Requião	Lula
2007	801	84%	279	34%	41	4%	110	12%	952	Requião	Lula
2008	1024	86%	251	22%	62	5%	100	9%	1186	Requião	Lula
2009	1039	87%	265	19%	44	4%	112	9%	1195	Requião	Lula
2010	924	87%	196	16%	57	5%	79	8%	1060	Pessuti	Lula
2011	944	85%	219	17%	61	6%	101	9%	1106	Beto	Dilma
2012	844	85%	177	15%	62	6%	93	9%	999	Beto	Dilma
2013	696	87%	28	3%	52	6%	57	7%	805	Beto	Dilma
2014	655	87%	25	3%	43	6%	54	7%	752	Beto	Dilma
2015	690	88%	94	10%	58	7%	35	5%	783	Beto	Dilma

AP: aprovados; APCC: aprovados por conselho de classe; REP: reprovados; DES: desistentes;

Incluimos na tabela acima o nome do governador e presidente em ação, uma vez que tal informação é pertinente às conclusões que se deseja mostrar.

Dois explicações pertinentes sobre a tabela: 1) Nos últimos anos da década de 90 e iniciais dos anos 2000, o número de alunos é maior em virtude

de haver várias turmas de Educação de Jovens e Adultos, EJA, vulgo supletivo, no período noturno, funcionando junto com turmas do ensino médio regular; 2) No final da primeira década dos anos 2000 e início da segunda, os números voltam a subir em virtude das matrículas para o programa federal Mais Educação e do aumento de oferta de vagas para as Salas de Apoio de língua portuguesa e de matemática.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dos anos 1992 a 1995, tanto o Estado do Paraná quanto o Brasil eram governados pelo PMDB. Aqui no Paraná, tanto o governo Roberto Requião quanto Mário Pereira trabalhavam ainda com a figura do coordenador pedagógico, ou seja, um professor licenciado em qualquer matéria, porém que pelo seu saber e pela sua prática na educação eram escolhidos pelo diretor escolar para dirigir o trabalho pedagógico. Havia também a figura do pedagogo, porém devido à demora na realização de concursos, eram poucos e não supriam todas as escolas. Percebe-se neste período que o percentual de aluno aprovados nunca passou de 60%. E em três destes quatro anos o percentual de alunos reprovados e desistentes foi superior ao de alunos aprovados.

De 1995 a 2003 há uma mudança nos cenários estadual e nacional, com Jaime Lerner e Fernando Henrique Cardoso assumindo respectivamente os cargos de governador e presidente. A política neo liberal acabou por aumentar o número de pedagogos formados nas escolas. Na tentativa de privatização da educação surgiu a empresa privada Paraná Educação que abre concursos para substituir os professores contratados no regime CLT, abrindo assim, nestes concursos privados, vagas para a contratação de pedagogos. Tal situação acabou por extinguir a presença de professores de outras habilitações ocupando cargos de coordenação.

Percebe-se que após 1996, ou seja, o ano da aprovação da LDB, a escola, agora com a presença de profissionais formados em pedagogia, apresenta uma clara mudança nos seus índices de aprovação, uma excessiva diminuição dos seus percentuais de reprovação e também uma sensível diminuição nos alunos desistentes.

Os percentuais de aprovação melhoraram. Porém se percebe que há uma variação dos mesmos a cada ano, atingindo o índice máximo de 88% em 1977 e o mínimo, de 73% em 2001. Uma variação de até 15 pontos percentuais.

Em todos estes anos o Colégio contava com um número de dois pedagogos por período.

Luis Inácio Lula da Silva assume o governo federal de 2003 a 2011 no Brasil, e no Paraná Roberto Requião assume o governo do Estado. Em 2007 o Estado do Paraná implanta o Programa Federal denominado Mais Educação, instituído pela portaria interministerial nº 17/2007, “como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.” (site do MEC). Programa este que visava promover:

a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. (Manual Operacional de Educação Integral, pg 4)

O Programa Mais educação veio em cumprimento à Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). E da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que instituiu o FUNDEB. Ambas Leis que tratam entre outros temas, sobre a educação em Tempo Integral.

Para o Colégio, além das vantagens educacionais e financeiras, houve também a vantagem nos recursos humanos, uma vez ao aderir ao Programa o Colégio teve aumento no quadro de funcionários da cozinha, visando o preparo do almoço para os alunos participantes, e, aumento no quadro dos pedagogo visando o olhar pedagógico sobre as atividades desenvolvidas..

O Colégio Estadual Santa Cruz foi um dos dois colégios que em Cascavel aderiam ao projeto no seu ano inicial, sendo agraciado assim com um pedagogo a mais nos turnos nos quais o projeto ocorria, no caso, nos turnos matutino e vespertino. Por ter aderido ao programa Mais Educação, o colégio passou a contar com três pedagogos nos turnos matutino e vespertino.

É importante mencionar que o pedagogo que veio para a escola para participar do Programa Mais Educação, não ficou restrito apenas a este programa, e sim, foi incluído na totalidade do trabalho pedagógico da escola,

levando assim a que cada pedagogo do período tivesse um número menor de alunos para atender. No Colégio, visando uma melhor qualidade nos atendimentos, as turmas são divididas entre os pedagogos, ficando neste período, cada pedagogo responsável por 4 salas de aula e o pedagogo do Mais Educação responsável por 3. Nos períodos com apenas 2 pedagogos um fica responsável por 5 salas e outro por 6.

Chama a atenção o fato que neste período, de três pedagogos nos períodos matutino e vespertino, houve uma constância nos índices, uma diminuição das variações. Assim, de 2007 a 2012, ano que o colégio abandonou o programa, a variação entre o maior e menor percentual de alunos aprovados foi de apenas 3 pontos: 84% em 2007 e 87% em 2009 e 2010.

O Programa Mais educação do governo federal do PT acabou por, no Colégio, atacar o problema da descontinuidade relacionada aos índices.

Parece que as nossas iniciativas em educação pecam por uma extrema descontinuidade, e isso, a meu ver, entra em contradição com uma das características próprias da atividade educacional, com uma das características que se insere na natureza e especificidade da educação, que é a exigência de um trabalho que tenha continuidade, que dure um tempo suficiente para provocar resultado irreversível. (SAVIANI, 2012, pg 92)

A eleição do PSDB ao governo do Estado, em 2011, trouxe uma nova situação para os pedagogos. A grosso modo, um pedagogo é responsável por cuidar de 150 alunos, ou seja, 5 ou 6 turmas, porém nesta conta entram os alunos da Sala de Recursos Multifuncional, Sala de Apoio e Hora Treinamento. Assim o que usualmente ocorria era que um pedagogo cuidava de apenas 4 turmas. Tal situação se dava porque antes do governo PSDB se entendia que, se um pedagogo cuida de 150 alunos, a partir do aluno número 151 a escola deve ter mais um pedagogo.

Com o governo PSDB, baseado na Resolução 4534/2011, se interpreta que é preciso alcançar o número de 150 alunos para abrir uma nova vaga para um pedagogo. O problema levantado por esta interpretação é que não é difícil ter 300 alunos matriculados em um turno em uma escola com 11 salas de aula. Mas não há salas de aulas suficientes para matricularmos 450 alunos por período.

Ora, de acordo com os dados de Turmas e Matrículas para o Momento Referencial do Sistema SERE, o Colégio tem hoje 389 alunos matriculados no período matutino e 323 no período vespertino.

Assim sendo, o que ocorre na escola atualmente é que 2 pedagogas trabalham com 389 alunos no período matutino e 2 pedagogas trabalham com 323 no período vespertino. Fora os professores. Ou seja, as pedagogas do período matutino trabalham cada uma com 194 alunos. Enquanto as da tarde, com 161.

Parece importante mencionar que dos alunos do matutino, 169 são alunos do ensino médio, enquanto que a totalidade dos alunos do vespertino são do ensino fundamental.

Tal situação sobrecarrega os pedagogos, na medida em que há um árduo trabalho voltado a pelo menos manter, se não melhorar, os índices de aprovação alcançados, diminuindo-se assim os índices de reprovação e desistência. Além de não deixar crescer os índices de alunos aprovados por Conselho de Classe.

Assim, a sobrecarga de trabalho tem surtido seus efeitos. Nos últimos dois anos, dos 4 pedagogos que deveriam trabalhar nos períodos matutino e vespertino, duas se ausentaram por cerca de seis meses para tratar problemas de saúde em virtude da sobre carga de trabalho. E neste ano de 2015 já temos de novo uma pedagoga afastada a mais de dois meses.

## **CONCLUSÃO**

Baseado nos dados obtidos do Relatório Final do Sistema SERE do Colégio podemos perceber as mudanças ocorridas na escola relacionadas ao trabalho dos pedagogos

Em primeiro lugar percebe-se que enquanto a coordenação do trabalho pedagógico não esteve restrito aos pedagogos, ou seja, dos anos 1992 a 1996, os índices de aprovação eram baixo e por vezes inferior aos índices de reprovação. Professores de diferentes matérias assumiam o cargo de coordenador pedagógico. Infelizmente tais professores, por mais que fossem

devidamente habilitados em suas respectivas matérias, não o eram no campo da pedagogia.

Ao tratar sobre o Ensino Médio no estado do Ceará, por exemplo, a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação cita que “a baixa qualidade do Ensino Médio é atribuída à falta de preparo do professor. ... a má qualidade foi apontada como consequência da atuação de professores não especializados. (HADDAD, 2004, pg 38)

Ou seja, professores em funções para os quais não estão devidamente qualificados podem interferir na qualidade do trabalho, uma vez que não podem não ter o olhar pedagógico de investigar a natureza, as finalidades e os processos necessários às práticas educativas com o objetivo de propor a realização desses processos nos vários contextos em que essas práticas ocorrem. (LISITA. 2007, pg 513)

Assim, embora o governo Lerner, em parceria com o governo FHC, tenham primado por tentar privatizar a educação, o fato de o governo Lerner ter aberto concurso pela empresa privada Parana Educação, incorreu no aumento de número de contratação de pedagogos formados. Tal situação acabou por melhorar os índices de aprovação.

Porém, de acordo com o Relatório Final, não parece ter sido suficiente para homogeneizar tais índices. E os mesmos passam a ter então um alto índice de aprovação, porém inconstante no decorrer dos anos. Com variação de até 15 pontos percentuais.

A criação da opção APCC, Aluno Aprovação por Conselho de Classe, no Sistema SERE, em 2005, governos Requião e Lula, contribuiu para a diminuição dos índices de reprovação, que após 2006 se mantiveram na casa de 4 a 6%, sofrendo alteração apenas em 2015, para 7%.

E com o ingresso no Colégio ao Programa Mais Educação, em 2007, na época dos governos Requião e Lula, o aumento de pedagogos na escola contribuiu não apenas para melhorar, como também para manter os níveis de aprovação escolar. A variação dos índices de aprovação passa a ser de apenas 3 pontos percentuais, enquanto nos governos neoliberais a variação chegou a até 15 ponto percentuais;

A diminuição dos índices de abandono, os desistentes, deve-se, por um lado, ao esvaziamento do ensino noturno e por outro, ao efetivo trabalho

pedagógico no sentido de informar aos Conselhos Tutelares sobre as faltas dos alunos menores de 18 anos. O ensino noturno era dominado sobretudo por alunos do EJA, Educação de Jovens e Adultos, vulgo supletivo. Com a LDB de 1996, a obrigatoriedade da educação fez com que os menores não se evadissem mais, diminuindo assim a quantia de alunos que retornavam mais tarde para cursar o EJA.

Porém, o retorno das políticas neoliberais a partir de 2011, diminuiu o número de pedagogos na escola pela nova interpretação da Resolução 4534/2011. Uma sobrecarga foi imposta, uma vez que um número menor de pedagogos atende um mesmo número de turmas;

Em vista dos fatos expostas acima, percebemos que a quantidade de pedagogos envolvidas no trabalho escolar influencia a continuidade da melhoria da educação, não apenas primando pela qualidade como também mantendo os níveis de aprendizagem elevados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. (org) **O Coordenador Pedagógico e Questões da Contemporaneidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ARROYO, M. **Fracasso-sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica**. In: ABRAMOWICS, Anete; MOLL, Jaqueline (orgs). Para além do fracasso escolar. São Paulo: Papirus, 1977. In: ALMEIDA, Laurinda; PLACCO, Vera Maria (orgs). O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BRASIL. Senado Federal. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. INEP. Relatório Problematização da Qualidade na Pesquisa: Levantamento do custo-aluno ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade. Brasília, INEP, 2004.

DOURADO, L. F. **A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições**. Brasília, INEP/MEC

HADDAD, S. **O Direito à Educação no Brasil**. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DhESC Brasil, 2004

LIBÂNEO, J. C. **PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ?** São Paulo: Cortez Editora, 2004

LISITA, V. M. S. S. **Resenhas: Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás: 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília: 2014

\_\_\_\_\_, **PPP Colégio Estadual Jardim Santa Cruz**. Volume I. Cascavel: 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica**: Primeiras Aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SEED/PR. <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/seed-secretaria-de-estado-da-educacao-pr-13771-vagas>. Edital de Concurso para Pedagogos: 017/2007.

VASCONCELOS, C.. **Projeto Político Pedagógico**: o Planejamento Como Instrumento de Transformação. In: Congresso Internacional dos Exponentes na Educação, 2 Livro do Congresso. Curitiba, 2002.

VEIGA, I. P. A.. (Org.) **Projeto Político Pedagógico**: Uma Construção Possível. Campinas, SP: Papirus, 1997.

UNESCO/Laboratório Latinoamericano de Evaluación de La Calidad de lá Educación LLECE. Estudio cualitativo de escuelas com resultados destacables en siete países latinoamericanos. Santiago de Chile, septiembre de 2002.